

Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

D. AFONSO V E O PRÍNCIPE D. JOÃO. ENSAIO SOBRE UMA REGÊNCIA.

LAPA, Manuel Rodrigues

Ano: 1924 | Número: 34

Como citar este documento:

LAPA, Manuel Rodrigues, D. Afonso V e o príncipe D. João. Ensaio sobre uma regência. *Revista de Guimarães*, 34 (2-3) Abr.-Set. 1924, p. 108-123.

Casa de Sarmiento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4800-432 Guimarães

E-mail: geral@csarmento.uminho.pt

URL: www.csarmento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

D. AFONSO V E O PRÍNCIPE D. JOÃO

ENSAIO SOBRE UMA REGÊNCIA

O príncipe D. João estava aclamado rei de Portugal. Poucos dias antes recebera carta de seu pai, que por França andava esmolando a ajuda de Luís XI na guerra de Castela. Em uma côrte estranha, desiludido, percebendo por fim a rêde subtil de enganos em que o envolvia o caviloso rei francês, Afonso V, cedendo a uma piedosa inclinação de misticismo, determinara deixar o scetro real pelo bordão de peregrino e abalar para a Palestina, em visita do Santo Sepulcro. Lá de França escrevera uma carta a seu filho, mandando-lhe, junto com a sua bênção, ordem para se alevantar logo rei de Portugal.

D. João, entre lastimar os reveses do pai e rejuvilar por tal nova e tal mando, que o fazia prematuro senhor dum reino, não vacilou: recebeu com mal disfarçado contentamento a abdicação do pai. Não era mui vezado a sentimentalidades o filho do herói de Arzila: a tibiez do monarca, as desatinadas prodigalidades, os desvarios e graves erros da sua mocidade, não eram certo qualidades que aliciassem o grande affecto do príncipe, envelhecido e já enregelado nos cálculos duma política tôda ambições. Por isso, mal recebeu a renúncia do pai, fez-se aclamar rei de Portugal no alpendre de S. Francisco, em Santarém, a 10 de Novembro de 1477.

Os grandes validos de Afonso V não encobriam agora os seus receios e deploravam sinceramente o rei, que lhes fôra tam franco e dadivoso. Uma voz íntima dizia-lhes que era necessário precaverem-se do filho,

cujas ideias sabiam ser o contraposto violentíssimo das do pai: o que num era ilimitada benignidade, era no outro aspereza e ódio. E a mente de D. João já se enfebrecia, ao pensar que iam ter realização cabal os planos, que forjara, por entre a desordem das coisas do reino nos derradeiros anos.

Um dia, conta uma antiga e bem fundada tradição, andava êle a espairecer ao longo das ribas do Tejo, no sítio onde é hoje Santos-o-Velho. Acompanhavam-no, à devida distância, o duque de Guimarães, D. Fernando, e o amigo de seu velho pai, o cardeal D. Jorge da Costa, ancião bem conservado ainda nos seus rijos setenta e um anos. Foi aí que alguém, a correr, esbaforido, lhe veio dizer uma extraordinária coisa: seu pai vinha a caminho de Portugal. Naquele mesmo instante tinham chegado umas naus com carga de cavalos; o navio em que vinha o rei detivera-se num pôrto de França, em virtude do temporal, e as barcas em que vinha o gado, não podendo estacionar, tinham vindo à frente.

D. João ficou enleado, contrariadíssimo, como quem vê ressurgir um empecilho incómodo; mas, sempre cauteloso e reservado, fingiu como pôde o abalo. O duque e o cardeal é que mal podiam já agora mascarar a enorme satisfação que lhes luzia nos olhos. Continham-se, porém, silenciosos, reparando no ar carregado e grave do moço rei.

Na verdade o caso era para reflectir sèriamente: ¿receberia o pai como rei, que de feito o era já, ou como príncipe, seu vassalo? Ao ânimo de D. João, obstinadamente altivo, custava uma humilhação desta espécie, demais agora que já se sentia obedecido. Acima de tudo vexava-o a alegria que êle presentia nos fidalgos pela tornada do monarca, feriam-no já os remoques trocados entre êles por aquela breve realeza de alguns dias. Foi a remoer tais ideias que, tentean-do a opinião do duque, calculando a resposta, lhe perguntou da maneira como deveria receber o pai. D. Fernando, confiado, aparentando certa estranheza, respondeu: — Mas como o haveis de receber, Senhor, senão como a vosso rei e como a vosso pai!

D. João ouviu e calou. Andou mais uns passos pela areia da praia, invadido de novos cuidados.

Entre êle e o duque havia uma hostilidade surda, um rancor mal velado. Bastava para isso ser da casa de Bragança, herdeiro duma possante fortuna, admiravelmente organizada, que o pai, enfêrmo, a breve trecho lhe deixaria; mas não só isso: as mesmas qualidades de D. Fernando, o seu prestígio, as invejas que suscitava, lhe sopravam na alma agreste um furacão de raiva. Aos Braganças fôra devida a morte afrontosíssima do seu avô D. Pedro, cuja política, virtudes e bom engenho, êle mais que ninguém admirava e encarecia; a êles e aos seus amigos e sequazes fôra imputado o provável envenenamento de sua mãe. Eram um estôrvo permanente aos desígnios da coroa, que mal podia tomar deliberação sem o apoio e o aviso dos representantes daquela poderosa família. Seu pai, rijo na peleja, mas sem vontade firme, fôra sempre um brinco fácil nas mãos dêles.

Recordava agora, quando em 1474, no conselho de Estremoz se discutira a ida a Castela, a resposta de D. Fernando I, ponderada, terminante e negativa. O rei sobressaltara-se desta discordância inesperada e caíra na baixeza de lhe rogar por intermédio do filho, D. Afonso, e do Prior do Crato, que quisesse ser da opinião geral; e o duque, elevando-se por sôbre o próprio monarca, tinha ficado na sua ⁽¹⁾. Ele, o príncipe, abertamente chegara a acusá-lo de pender para os castelhanos, atenta a sua notória admiração pela rainha D. Isabel, sua sobrinha; insinuara essa suspeita no espírito de seu pai e tivera o cuidado de a divulgar pela côrte. Mas a verdade é que êle mesmo, agora, tácitamente, cheio de despeito, concedia que as razões do duque eram justas, como de quem alguma coisa apreendera no decurso dos seus muitos anos. E o filho, que, com o cardeal D. Jorge, tinha comungado nas opiniões do pai, atirara-lhas ao rosto no ano anterior de 1476, quando D. Afonso, contrariado, impacientado com as dificuldades de tal campanha, esteve para renunciar à ideia vã da posse de Castela ⁽²⁾. Depois do combate

(1) Faria e Sousa, *Europa portuguesa*, Lisboa, 1679, II, pág. 395; Caetano de Sousa, *História genealógica*, V, pág. 167.

(2) O duque de Guimarães, antes da batalha de Toro, em

de Toro, o duque, que tinha ficado, não sem grande despeito seu, de guarda a D. Joana, ouvindo o desfecho desastroso da luta e o desaparecimento do rei, censurou desabridamente os fidalgos e culpou-o a êle, príncipe, dum modo bem pouco suave, declarando-lhe, sem mais rodeios, que êle parecia querer fazer gala das desgraças do pai (1).

D. João, caminhando devagar pela areia, enfeixava tôdas estas recordações duma animosidade altiva que presentia em D. Fernando. E num repente, baixando-se a apanhar uma pedra falha, atirou-a sacudidamente a roçar pela água fora. O cardeal, um pouco atrás com o duque, deu tento da violência mal encoberta com que fôra arremessado o seixo e disse baixinho ao ouvido do companheiro:

— Vistes, senhor, aquela pedra? Pois eu vos prometo que não me dará ela a mim na cabeça.

E de facto não havia de dar. D. Jorge era por experiência fino e bom subtilizador do coração do príncipe. Ainda lhe estava fresca na memória a aventura da ponte do Alpiarça, já lá iam uns bons três anos, na qual se vira a pontos de ser afogado no Tejo pelos moços de espora do príncipe, dizendo-se depois que caíra ao rio por desastre. Escarmentado, apressara a ida para Roma, e lá vivia no meio das maiores grandezas, encontrando-se por vezes na pátria, onde vinha tratar de negócios eclesiásticos (2).

conselho, expôs ao rei as enormes dificuldades da guerra com Castela: os castelhanos, partidários de D. Joana, não poderiam seguramente dar as 5000 lanças que tinham prometido, e alguns vendo o carácter ondeante e impreciso da luta já desamparavam o rei de Portugal; o inimigo estava em posse de algumas boas fortalezas como Ouguela e Alegrete e o comendador-mor de Leão tinha invadido já em quinze léguas o território português; enfim as contínuas pestilências dizimavam os exércitos. — Caetano do Bem, *Historia da Casa de Bragança*, liv. III, fl. 217. — Ms. 960 da Biblioteca Nacional.

(1) Agustin Manuel y Vasconcelos, *Vida del rey Don Juan II*, Madrid, 1639, pág. 32.

Mais tarde D. João fêz comemorar festivamente por todo o reino o aniversário da batalha de Toro.

(2) D. Jorge teve de voltar breve para Roma porque o Vigário Geral de Lisboa, Lourenço Vaz, andava pelo mês de Dezembro dêsse ano de 1477 a injuriá-lo públicamente, a divulgar e a entregar

D. João daí a uns três dias ia esperar a Oeiras o pai, que aportava cheio de saúdades às suas terras, que êle um dia pensou nunca mais rever. E foi com entranhada alegria que o cavalheiresco monarca recebeu das mãos do filho prosternado o scetro que deixara. Ao tornar de França, durante a viagem, vinha cheio de cuidados, preocupado do modo como o príncipe, agora rei, o receberia. Receava, na grande ingenuidade que o caracterizava, que se fizesse mau conceito da sua leviandade em vir buscar de novo o trono, depois de ter renunciado a êle. Conhecia a dureza do filho e sabia que êle se tinha rodeado duma côrte juvenil, ambiciosa, pouco afecta à rude austeridade dos velhos batalhadores da Africa, seus privados. Enquanto êle andava por França, não cessavam de adular D. João, na mira de futuros benefícios: adivinhavam por instinto a frígida afeição do filho ao pai. Disso mesmo se queixava aos seus dois fiéis amigos, o conde de Vila-Real e o vèdora da sua fazenda, Gonçalo Vaz de Castelo-Branco ⁽¹⁾.

E os fidalgos desafectos ao príncipe também não cessavam de atemorizar o pobre rei, certificando-o de que D. João se negaria a dar-lhe de novo o govêrno; o melhor seria desembarcar em alguma praça de Aíri-

ao Papa libelos difamatórios, a aringar contra êle nas praças públicas de Roma, acusando-o de «irregular, nigromântico e feiticeiro e que tinha filhos e filhas de freiras professoras com quem dormia». O resultado foi ser privado dos benefícios que tinha e condenado a cárcere perpétuo. — Francisco Monteiro Leiria, *Memorias dos arcebispos de Lisboa*, fl. 32, v. — Ms. 140 da Bibl. Nac.

⁽¹⁾ Em carta escrita de Paris, a 21 de Janeiro de 1477, dizia a D. Pedro de Menezes: «e por mui certo tenho que ainda que eu aguora de vós seja alonguado bem por quatro centas legoas, que de todo o que he meu serviço vós tendes tanta lembrança como se eu presente laa fosse, e ainda creio que mais porque no tempo que a mayor parte dos outros desfallecem, emtão creio que vos mais esforços para me servir». — *Miscelânea*, fl. 149 — Ms. 3776 da Bibl. Nacional.

Em outra carta que mandou de Paris a 26 de Janeiro do mesmo ano, ao seu vèdora, lê-se o seguinte queixume: «vendo que vai de todo o amor que sempre tivestes á minha alma e á minha honra e ao meu credito, mais do que pola ventura outros tiverão, e poderá ser que alguns haverão castigo de Deos, que o não houveram de mi.» — *Miscelânea*, fl. 43 — Ms. 6963 da Bibl. Nac.

ca e não directamente em Portugal (1). Afonso V, mentindo a si mesmo, refutava os senhores e respondia-lhes debilmente, com uma sombra de melancolia:

— Prouvera a Deus que tanta mercê me fizesse que eu fôsse governado sempre por meu filho!

Mas a verdade é que, em meio destas cogitações penosas, alguma coisa o distraía e consolava: saber que os seus amigos de Portugal de quem era adorado, e o povo, que o venerava e estimava e tantas vezes lhe perdoara os desacertos da governação, à conta do seu afável heroísmo, o receberiam de braços abertos, cheios de contentamento (2).

O conde de Vila Real, pensando que êle por França teria precisão de dinheiro, chegara a oferecer-lhe avultada soma, por meio de Mantença, capelão de sua sobrinha e rainha D. Joana. Impressionou-o deliciosamente esta fidalga dedicação do bom vassalo e a carta que lhe escrevera a agradecer tam delicada oferta, mimo de estilo familiar, adoravelmente bem escrita, deveria ser para o leal servidor o melhor galardão do seu bizarro oferecimento (3).

(1) Esta divisão dos fidalgos foi já notada por Sousa Viterbo: «Isto nos faz supor que na côrte portuguesa havia duas parcialidades: uma a que circundava o pai, a outra que esperançada no futuro, endeusava o novo Sol. E' natural que os primeiros não lisonjeassem o príncipe, antes desfizessem nas suas obras.» — *A batalha de Touro*, Lisboa, 1900, pág. 42-3.

(2) O rei era realmente benquisto por todo o povo miúdo. A sua fama de batalhador era aureolada por uma suave luz de bondade, que lhe granjeava tôdas as simpatias. Foi o primeiro rei que «pelas praças e lugares públicos das cidades e vilas de seus reinos fez a todos mui familiar sua vista», no pitoresco dizer de Rui de Pina (*Chronica d'El-Rei D. Afonso V*, cap. CCXIII). Nas côrtes havia uma curiosa familiaridade nas repreensões dos povos, quando lhe apontavam a necessidade de aliviar as despesas da sua casa e afrouxar a sua sobeja prodigalidade e até mesmo quando o censuravam da pouca energia do seu governo. O rei prometia atender estas reclamações acrescentando «que tem os seus povos em estremado e singular serviço de com tal desejo e vontade, tal diligência e discrição lhe apontarem estas cousas.» — Costa Lobo, *O rei*, in «Anais das Bibliotecas e Arquivos», Janeiro, 1915, pág. 67.

(3) «Mantença, capellam da Senhora Rainha, me dise algumas cousas de vosa parte, asi acerca dalguus feitos de Castella, como duu grãde ofrecimento que me emviaeis fazer de me emprestar certa soma de dinheiro; tudo vos agradeço muito.» — *Miscelânea*, fl. 221, v. — Ms. 8920 da Bibl. Nac.

Tinham-lhe caído na alma agradecida as lágrimas que vira chorar ao bispo de Lamego, quando lhe dera um último abraço antes de partir para a França ⁽¹⁾. De tudo se lembrava, agora, que uma sombra de dúvida lhe entenebrecera por instantes o claro entendimento. E foi já mais tranqüilo, num íntimo consôlo, que o rei de Portugal pôs pé em terra de seus maiores. A submissão e filial acatamento do príncipe, a alegria que tam bem soube mostrar ao recebê-lo, a prontidão em lhe entregar de novo o govêrno do reino abalaram tam suavemente o seu ânimo que, cheio de expansão, não resistiu e foi comunicar tudo isto ao ardiloso rei de França.

Na embaixada que logo lhe mandou, agradecendo a cortesia com que fôra tratado durante a viagem, renovando-lhe os protestos de aliança e amizade, contava-lhe com insistência, longamente, o acolhimento saudoso do príncipe, a boa vontade que mostrara na entrega do reino; que êle, achando-o já aclamado, bem se fartara de lhe rogar que se deixasse ficar como rei de Portugal — êle para si tomaria o título de rei de Castela e dos Algarves; mas seu filho, com uma veneração muito para louvar, não consentira em tal e queria regressar à sua anterior situação de príncipe, tendo já em muita honra o ser filho dum tal rei ⁽²⁾. Contava-lhe

(1) «ao bispo de Lamego me enviai minhas saudaçoens e dissei-lhe que não são esquecido das llágrimas que lhe vi lamçar ao tempo da minha partida.» — *Miscelânea*, fl. 150 — Ms. 3776.

Foi justamente para esta estima geral que D. João II apelou, quando no conselho realizado em Evora em 1481 se discutiu o testamento de D. Afonso, no qual pedia aos seus povos quisessem pagar as suas dívidas ao Imperador e ao duque de Borgonha para «descarreguo de sua alma». Num impulso de nobre gratidão todos os fidalgos presentes oferecem generosamente da sua fazenda. O bispo de Coimbra, D. João Galvão, exorta todos a «que deem a vida por alma d'el-rei». Só o irmão do duque de Bragança, o marquês de Montemor, com feia ingratitude observa ao rei «que aquilo não era só pedir; cada um daria segundo a sua obrigação e o que quizesse.» — *Miscelânea*, fl. 18, v. — Ms. 443, Pombalina, da Bibl. Nac. D. João decidiu por fim que a cópia do testamento fôsse levada por escudeiros ou capelães a todos os lugares apontando-lhes «que tivessem lembrança de seu padre e das mercês que a todos fez.» — *Ibid.*, fl. 19.

(2) Faria e Sousa adverte judiciosamente que a verdadeira razão desta muito suspeita e bem fingida obediência era que, ou

mais: apenas chegara a Portugal encontrara muitos recados e mensageiros de grandes senhores castelhanos, que se diziam prontos, e agora mais que nunca, a segui-lo na campanha que quisesse de novo encetar contra Fernando e Isabel (1). Cheio de entusiasmo acabava por dizer na instrução que deu aos embaixadores: — «Eu espero em Nosso Senhor de logo mui em breve cumprir meu casamento e entrar em os ditos Reynos de Castella e com sua graça e ajuda delle dito Senhor Rey, meu Padre e Irmão e aliado, os senhoriar e botar fora delles nosso imigo e contrario e me achar muy grande e poderoso pera servir a Deos Nosso Senhor» (2).

Era assim o carácter de Afonso V. Se alguma esperança o vinha arrancar de fundo desalento, logo se lhe reacendia a imaginação fogosa e tornava a bem querer os que no abatimento reputura desleais e maus. Assim foi o caso com o rei de França. Quando determinou ir em romagem aos Santos Lugares, escrevera uma carta a Luís XI, na qual lhe exprobrava, com a nobre resignação duma alma limpa de enganos e com superior singeleza, tôdas as suas falsas mostras de aliado e amigo. E agora voltava a importuná-lo com pedidos de aliança, não sem visível desdouro para a sua majestade de rei.

Mas ainda desta vez se iludia o pobre rei sonhador. Aos estados de Luís XI tinha chegado a fama das suas virtudes, o eco dos seus feitos contra os africanos; mas também lá tinha soado a nova do desastre de Toro e os meses que estivera na côrte daquele monarca, se patentearam a sua inefável lhaneza (3), modéstia

ficaria com tudo, ou tudo entregaria ao dono. Ele teria a paciência bastante de esperar mais alguns anos. — *Europa*, II, pág. 417.

(1) O rei justificava o seu ardor dizendo que nunca tinha sido tam ferventemente solicitado pelos senhores rebeldes de Castela. — Zurita, *Anales de Aragon*, Zaragoza, 1578. lib. XX, fl. 296, v.

(2) Este documento foi publicado na íntegra pela primeira vez por João Carlos Feo, nas *Memórias histórico-genealógicas sobre os duques portugueses do século XIX*, a pág. 178. Todavia o visconde de Santarém já tinha dado uma sùmula no *Quadro elemental das relações diplomáticas*, tómo III, pág. 151-4.

(3) «Ce pauvre Roy de Portugal, qui estoit très bon et juste...» — Commynes, *Mémoires*, Rouen, 1634, pág. 391. Sobre a

e elevadíssima cultura para a época, também descobriram a estreiteza e o acanhamento da sua diplomacia, a sua desastrosa ignorância na arte de dirigir homens. Eram outros os tempos. A política, feita de ardis, livre de escrúpulos, sobrelevava já em poder a fôrça da espada, ainda que fôsse de boa têmpera. A Europa, tôda em ebulição, onde o lume da ardente religiosidade medieval ia arrefecendo nos peitos, onde o espírito da cavalaria antiga era já considerado uma doudice, reclamava uma disciplina sagaz, obra duma política resoluta e sem preconceitos.

Nada escapava ao arteiro rei de França. As expressões do português sôbre o seu filho deviam tê-lo feito sorrir. Estava regulamente inteirado das coisas e gente de Portugal, como o estava de todos os grandes países da Europa (1). Tinha informação de tudo. Conhecia de fama o príncipe D. João, sabia acaso já de alguma das suas histórias e, naturalmente, simpatizava com êle em matéria política, como o provou mais tarde, nos últimos tempos do seu reinado, constituindo-se seu aliado (2). Das próprias palavras de Afonso V entendia que o ingénuo cavaleiro se deixara embaír pela obediência humílissima do filho. Não lhe convinha êste aliado. Conhecia Isabel, política de grandes recursos,

sua cultura consulte-se o opúsculo de Sousa Viterbo, *A cultura intelectual de D. Afonso V*, Lisboa, 1904.

(1) «Nul homme ne presta jamais tant l'oreille aux gens, ny ne s'enquit de tant de choses, comme il faisoit, ne qui voulust jamais cognoistre tant de gens: car aussi véritablement il cognoissoit toutes gens d'autorité et de valeur qui estoient en Angleterre, en Espagne, en Portugal, en Italie.» — Commines, *ob. cit.*, pág. 67.

Foi depois o processo seguido por D. João II. Por isso os seus inimigos nem fora das fronteiras estavam seguros. Considere-se tam somente o caso de Fernão da Silveira. A respeito disto diz-nos Mariz: «E não somente seus criados e naturais, mas em Castella, Aragão, França, Roma e Alemanha muitas pessoas grandes em estado e nobreza recebem delle mercês cada anno secretamente, a troco de avisos necessarios a seu serviço e estado.» — *Dialogos*, I, pág. 352.

(2) Foi em 1482 que se celebrou esta aliança. Luís XI tinha particular empenho em casar D. Joana, a Excelente Senhora, com o seu sobrinho Francisco Febo, rei de Navarra. — Visconde de Santarém, *ob. cit.*, pág. 157.

mulher varonil, de raro tino governativo. Preferiu pender para o seu lado.

O monarca francês tinha razão. O príncipe de Portugal conhecia decerto a sua frase: *quem não sabe fingir, não sabe ser rei*. E D. João fingia magistralmente. E' porém muito provável que alguns da côrte de seu pai, mais espertos e atilados, se não deixassem lograr com a máscara de humildade que êle tam bem soubera afivelar; e êsses certamente não eram os seus maiores amigos ⁽¹⁾.

Enquanto o pai, nesse inverno de 1477, se rodeava na côrte dos seus velhos companheiros, narrando-lhes compridamente as suas aventuras por terras de França e inteirando-os dos projectos de guerra, que êle ia reacender, o filho inquiria de gente sua privada o que por lá se passara, curioso de saber o modo como os fidalgos se houveram durante a estada do rei em França. Pressentia que, longe do seu natural inimigo, deveriam ter quebrado os ouvidos de D. Afonso com lisonjas e arrancado à sua fraqueza algumas promessas e mercês. Adivinhava queixas, arguições e até ódios. Não se enganava. Alguém lhe narrou por miúdo as circunstâncias da fuga do pai, na ideia de ir em peregrinação a Jerusalém, sobressaíndo-lhe os disvelos, o extremo cuidado e inquietação com que o conde de Penamacor andara em cata dêle, jurando não voltar a Portugal sem o seu rei; insinuou-lhe que o conde de Faro, com o irmão D. Alvaro, tinham sido insistentes em demover o rei do propósito de deixar o trono ao filho, certo para não apressar extemporaneamente uma governação que lhes ia ser molesta ⁽²⁾.

(1) «porque antre elles ouve algus, que duvidavam do Principe fazer tamanha bôdade.» — Rezende, *Cronica*, cap. XVII.

(2) Foi provavelmente com Antão de Faria, seu camareiro-mor, que êle mais se consultou. Era homem em quem muito confiava e com razão, como mais tarde o veio a provar no tempo das conjurações. Como tal o tinha mandado a França de visita ao pai e «*com outras cousas antre o Pay e o Fylho secretas*». Foi êle que expediu as cartas de Afonso V para D. João se fazer aclamar e ficaria por lá, pôsto que Rezende diga que êle mesmo as trouxe. — Ruy de Pina, *Chron. de D. Afonso V*, cap. CII; Rezende, *Chron. de D. João II*, cap. XVI.

D. João guardou tudo isto dentro do peito ran-coroso para depois, quando fôsse tempo, o fazer explo-dir em cachões de sangue. Iam-se desenhando já niti-damente aqueles a quem a sua vindicta feroz mais tarde golpearia sem dó. E só ao pensar nisso as alvas dos seus olhos estriavam-se-lhe de laivos de sangue, que fariam recuar de espanto e mêdo quem o visse. Mal calculavam os mais perspicazes e seus maiores inimi-gos o despeito que lhe ia na alma pela volta do pai. Podia, é certo, esperar que morresse, mas o que mais acerbamente o feria era a certeza de que o rei, instiga-do pelos seus validos, iria desatinadamente desfazer, invalidar o pouco que êle tinha já feito.

Com efeito, durante a temporada que o pai andou por França, D. João despendera férrea energia e uma lucidez e clarividência raras na governança do reino. A guerra anterior tinha lançado desordem extraordi-nária no sistema administrativo, que a êsse tempo já deixara muito a desejar. Os abusos dos grandes atin-giam em certas localidades proporções de verdadeiros latrocínios. Assim o representaram ao rei os procura-dores dos concelhos nas *côrtes*, que se começaram em Evora a 16 de Fevereiro de 1475. A correição nas terras dos fidalgos, um dos pontos em que mais tarde D. João faria finca-pé para quebrar as altivezas dos se-nhores, era feita irregular e deficientemente. Seu pai, por vezes, quebrantava as resoluções tomadas em *côrtes*, concedendo, após elas, alvarás de isenção ⁽¹⁾.

Com a sua ida precipitada para França o rei tinha confiado ao filho a resolução gravíssima de inúmeras dificuldades. A guerra, é verdade que tinha afrouxado, mas para sustentar a luta cruenta das fronteiras eram ainda precisas muitas lanças e muita soma de dinheiro, que é o principal nervo da guerra, como já e muito bem dizia Rui de Pina. Ora de ambas estas coisas ca-recia o reino, pavorosamente esgotado.

Vendo-se em frente de tam intrincados problemas, no principio do ano de 1477 o príncipe mandara uma carta ao pai, pedindo-lhe autorização para convocar *côrtes* gerais, porquanto êle as considerava absoluta-

(1) *Côrtes do reino*, fl. 6-7 — Ms. 6971 da Bibl. Nac.

mente imprescindíveis «per reformaçam e corregimento de muitas cousas que per necessidade o bem e proveito destes regnos requeria». O rei enviara a autorização devida e as côrtes realizaram-se em Montemor-o-Novo, a 21 de Janeiro de 1477. Tiveram, como era de esperar, um carácter de urgente momentaneidade, mas já nelas como se pressente a garra política de D. João II. Em primeiro plano tratou-se de obviar a alguns apertos da guerra, emendar ou reformar certas medidas que ela inspirara; mas no meio disto o príncipe nem porisso deixara de cuidar nos interêsses legítimos da coroa e defendê-los contra as classes privilegiadas, em especial contra o clero, que foi quem menos soítrera com a guerra. Nas suas respostas aos capítulos dos procuradores como que se adivinha já a segurança, a firmeza das formidáveis réplicas das côrtes de 1481.

As dificuldades no entanto recresciam. O reino estava exausto, a anarquia continuava, mau grado os seus esforços, a escassez de dinheiro era assustadora e D. João via-se de certo modo compelido a dar um golpe decisivo nas classes aristocráticas, pelas quais nutria manifesta animosidade. Em 28 de Abril teve um conselho no convento de Santa Maria do Espinheiro. Falou largamente na desordem que ia pelo reino, na falta de braços para o defender, na míngua do erário real, motivada em grande parte pelas tenças exorbitantes que seu pai tinha concedido, pôsto que êle, numa exibição astuta de generosidade, as atribuisse também a si... ⁽¹⁾ Enfim, considerando tudo isto, que era claro e inegável, determinara convocar côrtes gerais em Santarém para o dia 8 de Setembro de 1477.

D. João ligava capital importância às côrtes que

⁽¹⁾ «vendo outrosy que polo grande abatimento que as rendas do reino recebiam e polas muytas tenças que el Rey seu padre e elle tinham postas, a fazenda real era asy demenuida e apouquentada; que a despesa sobejava pola receita bem dez milhões, os quais já este ano fiquavão de fora, sem se poderem pagar, afora todalas dividas e quebras do anno passado, por honde se mostra craramente que se esta cousa outro remedio nom recebesse o Reyno de todo se perderia.» — *Miscelanea*, fl. 32, v. — Ms. 443. O auto do conselho do Espinheiro foi publicado por Braamcamp Freire no *Archivo Historico Portuguez*, I, 198.

se iam realizar ⁽¹⁾. Procedera por cartas particulares ao chamamento dos nobres, pedindo-lhes que não faltassem, ou, se o fizessem, mandassem seus procuradores legais. Enviara a França o seu fiel camareiro Antão de Faria dizer ao pai que «se elle a estes Reinos nom esperava de vir ataa o dia determinado de fazer estas cortes, que elle lhe enviasse seu prazimento e parecer de todo o que em ellas se devia de emendar e correger, decrarando-lhe logo que estes Reynos sem esta reformaçam feita em estas cortes em nenhum modo se nom podiam leixar de perder e portanto que elle nom saberia maneira nem teria poder para os governar sem isto fazer» ⁽²⁾.

Como se vê claramente dêste apêlo, a situação parecia desesperada aos olhos de D. João. Entretanto, como medida necessária para acudir ao momento, ordenara aos officiaes da coroa que pagassem os assentamentos e tenças anuais dos fidalgos, distribuídos rigorosamente por quartéis ⁽³⁾. Os senhores entregariam na fazenda tôdas as suas cartas de privilégio. Queria vê-las, estudá-las com cuidado e procurar meio de aumentar o património da coroa à custa das rendas senhoriaes. Os privilégios concedidos pelos seus antecessores não valiam perante a sua política de usurpação ⁽⁴⁾.

(1) Estas côrtes não chegaram a realizar-se, certamente por demorar a resposta do pai.

(2) *Miscelânea*, fl. 32, v. — Ms. 443. E' um códice de extraordinária importância para a história do tempo. E parece ter sido escrito por um contemporâneo de D. João II.

(3) «Determinou de mandar dar o dito ano na fazenda todas as cartas enteiras asy e pola maneira que se soyão nos outros anos de dar, mandando a seus officiaes que os assentamentos e tenças se paguem nesta maneira: que das rendas em que alguns em particular estão assentados se pague o primeiro quartel primeiro a elles mesmos e depois por ellas e que todas as outras se pague a todos este primeiro quartel em cheo ante que a ninguem se pague nada do segundo e depois na paga do segundo se tenha esta maneira ante que se pague nada do terceiro, apenando gravemente os officiaes que o contrario fizerem.» — *Ibidem*, fl. 33, v. V. também no *Archivo Hist.*, I, 199.

(4) Veja-se a curiosíssima carta que D. Alvaro, irmão do duque de Bragança, lhe escreveu, estando fora do reino: «logo publicamente dissestes que todos os privilegios dos Reys passados não valião nada e que todos prescreviam por morte d'El Rey e que tudo

Era mister antes de tudo engrandecer o trono, fortificar a autoridade real, impor uma severa disciplina aos grandes do reino. O que êle havia tentado já, como príncipe, era o primeiro passo para a sua grande obra de rei.

E era isto que D. João receava que o pai viesse desfazer com a sua vinda. Tôdas as medidas, sàbiamente premeditadas, que êle pusera com rara energia em execução, seriam talvez a um só aceno dos validos de Afonso V anuladas, como coisas prejudiciais aos seus estados, que o rei bondoso não cessava de aumentar.

Neste em-meio o rei de Portugal aprestava-se para reatizar a guerra com Castela. Os recados do marquês de Vilhena, do arcebispo de Toledo, D. Alonso Carrillo e doutros não admitiam dúvidas: aconselhavam-no a renovar a luta, que êles protestavam estar sempre do seu lado. Sabia que a condessa de Medellin, D. Beatriz Pacheco, valorosa mulher, estava ressentida com Isabel, por esta se recusar a conceder-lhe a cidade de Merida. E do claveiro de Alcántara, D. Alonso de Monroy, conhecia estar furioso contra seus reis por terem dado a D. Alonso Cárdenas o mestrado de Santiago, vago desde a morte de D. Rodrigo Manrique em Novembro de 1476. O marquês de Vilhena, êsse, nunca se aquietara nem submetera definitivamente (1). Justificava agora a sua rebeldia com dizer que os reis lhe não tinham cumprido tôdas as condições pelas quais êle depusera armas, no ano de 1476, de par com o arcebispo, o duque de Arévalo, o conde de Ureña e outros. A verdadeira razão, porém, do seu levanta-

estava na vossa mão de o dar e tirar como quisesseis.» — Caetano de Sousa, *Provas*, V, pág. 492-9.

(1) Do poderoso e irrequieto valido de Henrique IV traça Lafuente o seguinte perfil: «ligábase con los nobles y aconsejaba al rey contra ellos; conspiraba con todos y contra todos; gustaba de armar revoluciones para sobrenadar en ellas y en lugar de ser el sosegador de las tormentas, era el mismo el revolverdor mas activo y mas peligroso.» — *Historia general de España*, Barcelona, 1883, vol. II, pág. 238.

mento era o despeito que sentia por lhe não terem dado o mestrado de Santiago, que êle também cuidava e pretendia herdar do pai.

Mas não só estes, como muitos mais, estava Afonso V persuadido de os tornar a ter do seu lado. Tam venais andavam os espíritos por Castela que o rei não acreditava sèriamente na submissão do duque de Medinasidonia, que entregara Sevilha em Setembro de 1476, do marquês de Cádiz, de Luís de Godoy e outros, de que esperava servir-se de novo. Ardia pela reconquista das fortalezas perdidas de Zamora, Cantalapiedra e em especial a de Castronuño, que Pero de Avendaño, agora em Portugal e seu amigo, defendera com espantosa energia e fidelidade muito para louvar ⁽¹⁾.

Mas o príncipe D. João tinha mudado de ideias em face dos acontecimentos. Abundava agora, não sem íntimo vèxame, nas opiniões do velho duque de Bragança àcêrca dos grandes senhores sublevados. Era imprudente e arriscado confiar na parcialidade de gente tam buliçosa. Os mesmos que se bandeavam agora por seu pai, defendendo D. Joana, eram os que a tinham acusado em tempos de filha adúlterina e por conseguinte deserddada.

Com respeito ao casamento definitivo do rei com a sobrinha, opôs-se êle tenazmente a isso. Estava certo, é verdade, da legitimidade de seu filho D. Afonso, como sucessor ao trono, porque assim o fizera jurar ao pai, antes de se meter na campanha de Castela; mas receava, não obstante, que do válido casamento do rei nascessem filhos, que mais tarde poderiam competir com o seu e disputar-lhe talvez a sucessão.

E, depois, havia outra coisa que o inquietava sèriamente. O feitto dadivoso de seu pai cumularia de benefícios os que fôssem do seu partido nesta nova

(1) O intrépido fidalgo foi o último a render-se aos reis de Castela e quando o fêz foi com tanta honra e tais condições, que maraviham naquela época de funda crise social e moral em Espanha. Mandou a França recado a D. Afonso V; êste autorizou-o a entregar a praça e o alcaide saiu com tôdas as suas armas e pendões até à fronteira portuguesa, pagando-lhe ainda em cima os seus reis uma avultada soma de dinheiro. — Faria e Sousa, *ob. cit.*, pág. 418.

guerra. Muito embora não vencesse, acabada a luta, gratificaria generosamente, como de costume, os que tivessem gasto fazenda e homens em proveito do rei estranho. E era a êle que caberia a triste herança de não ter para dar aos seus e regalar ainda os de fora ⁽¹⁾.

Procurou portanto dissuadir o pai desta nova campanha; apresentou-lhe razões de pêso, fez-lhe ver claro na situação desesperada do reino e tais coisas lhe disse que conseguiu a não fácil tarefa de o demover do seu propósito. O melhor argumento do príncipe foi observar-lhe que as respostas dos senhores de Castela aos seus mensageiros eram pouco claras, muito imprecisas. Quando o viram chegar de França, todos se tinham afanado por ajudá-lo; agora, que êle lhes mandava perguntar se o queriam auxiliar deveras e por-se sob as suas ordens, respondiam tardiamente e de maneira mui para duvidar.

(Continua).

MANUEL RODRIGUES LAPA.

(1) Os que eram por Portugal recebiam elevadas mercês e protecção. A D. Gomez de Miranda fizera o rei bispo de Lamego, por 1477, não sem algum escândalo dos cônegos, que não receberam bem um prelado estrangeiro, sucedendo ao próprio sobrinho do rei, D. Rodrigo de Noronha.

Ao mestre de Alcântara fêz mercê de 200000 reais por ano. Este prodigalizando o que lhe haviam dado, deixava, *por seu aprazimento*, 60000 reais a Gomez Soarez de Mendoza, 20000 reais a Catarina de Melgar, mulher de Juan Perez de Bobadilla e 10000 reais a Diego Chamizo, cavaleiro de Santiago. — *Sumarios da Torre do Tombo*, fls. 18 e 19, v. — Ms. 1106 da Bibl. Nac.

A' condessa de Medellin deu o rei 178327 reais, por carta dada em Alvito a 1 de Maio de 1480, onde se diz: «esguardando nós a rezão grande que temos com D. Brites Pacheca, condessa de Medelhim para lhe fazermos mercê, e assi pollos serviços que della nos Reynos de Castella temos recebidos, e em satisfação da cidade, villa e fortaleza de Merida e rendas della, que por nosso mandado entregou a Dom Garcia de Meneses, Bispo d'Evora.» — *Sumarios*, fl. 663 — Ms. 1107.

Segundo cremos, é Lousada o compilador destes códices, riquíssimos de informações.